



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Cafeto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Acrescenta incisos ao artigo 27 da Constituição Estadual, bem como altera a redação do inciso II do mencionado artigo.

Art. 1º - O artigo 27 da Constituição Estadual, fica acrescido dos seguintes incisos:

XXIV - Os cargos em comissão destinam-se a transmissão das diretrizes políticas para execução administrativa e ao assessoramento.

XXV - Os cargos em comissão não podem ser ocupados por cônjuges ou companheiros, parentes consanguíneos, afins ou até o segundo grau.

a) Do Governador, do vice-Governador, do Procurador-Geral, e dos Secretários de Estado, ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito da administração direta do Poder Executivo;

b) dos Desembargadores e Juizes de 2º grau no âmbito do Poder Judiciário,

c) dos Deputados Estaduais no âmbito da Assembléia Legislativa,

d) dos Procuradores de Justiça, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça,

e) dos Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiros, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado,

f) dos Presidentes, Diretores Gerais, ou titulares de cargos equivalentes, e dos vice-Presidentes, ou equivalentes no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista.

Parágrafo Único - Exclui-se da vedação prevista no inciso XXV, o cargo de Secretário de Estado.

Art. 2º - O artigo 27, inciso II da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, criados por lei em número e com remuneração certos e com atribuições definidas de direção, chefia ou assessoramento, são de livre nomeação e exoneração, observados os requisitos gerais de provimento em cargos estaduais.

Art. 3º - Ficam extintos os cargos em comissão que não atendam as disposições dos incisos XXIV e XXV do artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 4º - O Governador do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador Geral da Justiça, o Presidente do Tribunal de Contas no âmbito dos respectivos Poderes, emitirão os atos administrativos declaratórios de atendimento das disposições do artigo 3º desta Emenda Constitucional.

Art. 5º - Esta emenda entrará em vigor, 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 20.06.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: Ângelo Vanhoni, Rossoni, Doutor Rosinha, Nereu Moura, José Tavares, Irineu Colombo, Duílio Genari, Péricles Mello, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli, Albânor Gomes, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Ricardo Chab, Beto Richa, Luiz Claudio Romanelli, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Constitucional tem 02 objetivos: delimitar a possibilidade de criação de cargos em comissão e vedar a ocupação destes mesmos cargos por cônjuges ou companheiros, parentes até o 2º grau a que se subordinam.

Com relação ao inciso XXIV fica estabelecida uma conceituação finalística para os cargos em comissão, com a decorrente delimitação da possibilidade de sua criação.

Já o inciso XXV estatui a vedação ocupação de cargos em comissão para cônjuges ou companheiros e parentes até o 2º grau dos titulares das Chefias dos Poderes, Instituições ou Órgãos Públicos.

A limitação tem amparo nos princípios cardeais da Administração Pública, substanciados e no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 27 da Constituição Estadual.

Na essência os princípios da impossibilidade e da moralidade sustentam as restrições aqui estatuídas.

Como os cargos em comissão são uma exceção do princípio geral é perfeitamente lógico e jurídico que tal exceção tenha regulamentação restritiva, até para prevenir eventuais desvios de finalidade em sua concentração.

Por tudo isso, pode-se assegurar que a diferença de tratamento aqui proposto, com radical vedação à ocupação de cargos em comissão, não confronta com o princípio da igualdade.